



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO
CURSO DE TURISMO

RAFAEL ALVES DE MOURA

**TURISMO DE AVENTURA: um estudo sobre a prática do vôo livre no município
de Patu/RN**

NATAL
2013

RAFAEL ALVES DE MOURA

TURISMO DE AVENTURA: um estudo sobre a prática do vôo livre no município de Patu/RN

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Renata Paula Costa Trigueiro, M.Sc

NATAL
2013

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Moura, Rafael Alves de.

Turismo de aventura: um estudo sobre a prática do vôo livre no município de Patu/RN / Rafael Alves de Moura. - Natal, RN, 2013.
51f.

Orientador(a): Prof^a. M. Sc. Renata Paula Costa Trigueiro.

Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Turismo.

1. Turismo de aventura - Monografia. 2. Turismo - Natureza - Monografia. 3. Vôo livre - Monografia. I. Trigueiro, Renata Paula Costa. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48-5

Rafael Alves de Moura

TURISMO DE AVENTURA: um estudo sobre a prática do vôo livre no município de Patu/RN

Monografia apresentada em 06 de dezembro de 2013, à banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Renata Paula Costa Trigueiro, M.Sc. (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Marcio Marreiro das Chagas, M.Sc. (Examinador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Carlos Humberto Porto. M. Sc. (Examinador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Natal/RN, Dezembro de 2013

DEDICATÓRIA

A Jesus Cristo, a toda minha fé depositada nele. Sem fé eu não teria alcançado meus objetivos. A minha família que tanto amo. Esta Monografia é dedicada em especial a minha Avó Maria Francelino de Moura In Memoriam.

“A vida me ensinou a nunca desistir. Nem ganhar,
nem perder, mas procurar evoluir...”.

(Chorão)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a santíssima trindade por me proporcionar força e fé para concluir os meus estudos em meio a um turbilhão de acontecimentos.

Meus agradecimentos seguem a grandes pessoas que passaram e estão na minha vida se fazendo presente e dividindo a minha alegria neste momento.

Agradecer a minha família, meus pais Antônio e Aldeise que fizeram todos os esforços do mundo pra me dar educação que hoje tenho, ao irmão que tanto amo e que hoje busca seu sucesso.

Aos colegas da UFRN, veteranos, calouros, professores e funcionários desta universidade que tanto me identifico a todos meus colegas de sala, em especial meus irmãos Bruno Eduardo e Vinicius Nobre, pela amizade criada e que perdura após a vida acadêmica, agradeço a Ana por seu auxílio em minha Monografia.

Agradeço aos meus amigos da vida que se fizeram presentes neste momento de felicidade em especial a Ivis e Icaro por apoio auxílio neste momento e ajuda na minha vida acadêmica também.

A meus chefes de bolsa Luann Alves e em especial Isabelle Azevedo, que me ajudou bastante, me deu um voto de confiança sem qualquer conhecimento pessoal, compreendeu e me ajudou como pôde nesse meu período de conhecimento, uma pessoa que gosto bastante e me deu grandes ensinamentos para a vida.

O meu agradecimento mais que especial a minha orientadora Renata, que me acompanhou neste meu crescimento acadêmico desde o primeiro dia na universidade, por sua paciência e seus “puxões de orelha” com meu TCC.

Por fim agradeço aos meus avós que amo muito, meu avô Antônio Manoel que é minha base de vida, meu exemplo e que seja por muitos anos pela frente em vida. Em especial dedico e agradeço a minha avó Maria Francelina de Moura In Memoriam que é meu anjo da guarda meu porto seguro e que jamais me esquecerei do seu carinho e seus ensinamentos.

RESUMO

A busca de novidades por produtos turísticos que não se referem ao sol e mar tem levado mudanças na diversificação da oferta, o surgimento de novos destinos e de novos seguimentos vem se tornando cada vez mais comuns nos dias de hoje. O consumidor compulsivo do turismo de massa vem se tornando cada vez mais consciente e exigente quanto ao uso da natureza e a preservação ambiental, esta mudança no comportamento do consumidor se dá devido o acesso nas informações, campanhas de conscientização, é uma tendência do mercado para se adequar ao novo perfil do consumidor. A partir deste novo cenário na busca da natureza surge o turismo de aventura que vem despontando no cenário nacional. No Brasil o turismo de aventura tende a um processo de evolução igualitária ao turismo de natureza devido a sustentabilidade. O turismo de aventura se da de forma amadora, porém realizada por profissionais “aventureiros” que tendem a esta busca do novo e da aventura em si. No Brasil o Ministério do Turismo atentou para esta prática, por isso, propõe a segmentação como uma estratégia para estruturação e comercialização de destinos e roteiros turísticos brasileiros. Neste contexto o presente estudo teve como objetivo principal analisar a prática do voo livre como atrativo turístico para o desenvolvimento do turismo de aventura no município de Patu/RN. Este trabalho caracteriza-se como sendo uma pesquisa do tipo descritivo-exploratória de caráter qualitativo. A coleta de informações foi realizada através de pesquisas bibliográficas e documentais, bem como foi realizada uma entrevista com um dos idealizadores da prática do voo livre no município de Patu/RN. Através da interpretação dos dados coletados pode-se avaliar que a prática do voo livre tem sido referência no desenvolvimento do turismo na localidade, porém faltam maiores investimentos neste setor para consolidação definitiva no cenário potiguar e no cenário nacional.

Palavras-chaves: Turismo de Natureza. Turismo de Aventura. Patu/RN. Voo Livre.

ABSTRACT

The search for new tourism products which do not relate to the sun and sea has brought changes in the diversification of supply, the emergence of new destinations and new segments is becoming increasingly common these days. The compulsive consumer of mass tourism is becoming increasingly aware and demanding when the use of nature and environmental protection, this change in consumer behavior is due to the access of information, awareness campaigns and market trends to suit the new consumer profile. From this new landscape in search of nature, adventure tourism that has emerged on the national scene emerges. In Brazil adventure tourism tends to a process of evolution to the egalitarian nature tourism due to sustainability. Adventure tourism is the amateur way, however by professional "adventurous" who tends to search for this new adventure in itself. In Brazil, the Ministry of Tourism has looked at this practice, therefore, proposes a segmentation as a strategy for structuring and marketing of Brazilian destinations and tourist itineraries. In this context, the present study aimed to analyze the practice of hang gliding as a tourist attraction for the development of adventure tourism in the municipality of Patu - RN. This research was conducted through bibliographical and documentary research, the methodology of the research is characterized as being a research descriptive-exploratory qualitative character. Through the interpretation of the data collected through interviews can evaluate the practice of hang gliding has been reference in the development of tourism in the locality, but lacks major investments in this sector to final consolidation scenario in Natal and the northeastern scenario.

Keywords: Nature Tourism. Adventure Tourism. Patu / RN. Hang Gliding.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Normas do Turismo de Aventura.....	21
Figura 02 – Normas de certificação do Turismo de Aventura.....	22
Figura 03 – Imagem do Santuário do Lima em construção Patu/RN.....	24
Figura 04 – Imagem do Santuário do Lima Patu/RN.....	25
Figura 05 – Imagem da entrada da Rampa de Vôo Livre Patu/RN.....	26
Figura 06 – Imagem da Rampa, Serra do Lima Patu/RN.....	26
Figura 07 – Imagem do voo livre em Patu/RN.....	27
Figura 08 – Imagem do Pico do Pelado em Patu/RN.....	37
Figura 09 – Imagem do Cruzeiro em Patu/RN.....	38
Figura 10 – Imagem da Casa do Cangaceiro Jesuino Brilhante em Patu/RN.	38
Figura 11 – Imagem do Sítio Arqueológico do Jatobá em Patu/RN.....	39
Figura 12 – Imagem do “Museu Casa de Pedra” ou Museu Dona Francisca..	39
Figura 13 – Imagem do serviço de melhoria na rampa em Patu/RN.....	41
Figura 14 – I Imagem do serviço de melhoria na rampa em Patu/RN.....	41
Figura 15 – Imagem da rampa de voo livre Quixadá/CE.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Lista de artigos e monografias relacionados ao tema.....	09
Quadro 02 – Diferença entre Turismo e Ecoturismo.....	12
Quadro 03 – Normas e Técnicas publicadas.....	18
Quadro 04 – Legislações ambientais importantes.....	18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura

ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas

IH – Instituto da Hospitalidade

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualificação e Qualidade Industrial

ISO – Organização Internacional para Normatização

MTur – Ministério do Turismo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA.....	14
1.2 JUSTIFICATIVA.....	16
1.3 OBJETIVOS.....	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos Específicos:.....	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Turismo na Natureza.....	18
2.2 Turismo de Aventura.....	19
2.2.1 Abordagens conceituais	19
2.2.2 Aspectos Legais.....	22
2.2.2.1 Normas e legislação específica do Turismo de aventura.....	23
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3.1 Caracterização da pesquisa.....	30
3.2 Universo da pesquisa.....	30
3.3 Coleta de dados	31
3.4 Análise dos dados	31
4. ANÁLISE DE DADOS	33
4.1 O voo livre no município de patu/rn	33
4.2 Impactos positivos e negativos da prática do voo livre no município de patu rn	37
4.3 Estrutura da rampa joão ismar de moura.....	41
4.4 Planejamento para o crescimento da atividade no município.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE	49
ANEXOS	50

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problema

O turismo atua como um grande fenômeno econômico mundial, capaz de modificar a economia, cultura, comportamento social, paisagem e o espaço de um lugar. A atividade turística no Brasil, especificamente no nordeste é praticada em sua maioria no chamado turismo de “sol e mar” uma forma de turismo em massa com grandes proporções e praticada em todo o mundo. Apesar de paisagens, lugares e estruturas diferentes a prática deste turismo de massa é bastante comum e repetitivo no mundo, com um mercado e consumidor mais exigentes outras práticas de turismo ganham espaço no mercado.

O turismo de aventura surge como um segmento consciente do uso da natureza, uma atividade em estudo com amplo campo de descobrimento de autores e órgãos responsáveis do turismo. De acordo com dados do Ministério do Turismo (MTur) uma pesquisa divulgada em 2011 aponta a natureza, o ecoturismo e aventura aparecem em segundo lugar, com 26,9% - como preferência do turista estrangeiro no Brasil. Esta pesquisa demonstra um crescimento de 7,6 pontos percentuais de 2004 para 2010.

Outros estudos realizados pelo MTur apontam que o Brasil lidera o processo de certificação no segmento de turismo de aventura e ecoturismo com respaldo do INMETRO. O programa Aventura Segura, Programa do Ministério do Turismo que já mobilizou mais de 50 mil pessoas e qualificou diretamente mais de 5 mil profissionais do segmento. A pesquisa ainda identifica que o Brasil possui 92 empresas certificadas e 130 em processo de certificação, as técnicas usadas para a prática estão sendo referência para a Organização Internacional para Normatização (ISO), outra pesquisa do MTur aponta que o faturamento das empresas que trabalham com o turismo de aventura no Brasil aumentou 21%. Passou de R\$ 491,5 milhões, em 2008, para R\$ 515,9 milhões, em 2009. De acordo com o relatório de impacto do Programa Aventura Segura do Ministério do Turismo (MTur), em conjunto com a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), o segmento atende a 5,4 milhões de turistas a procura de

aventura. Os dados do relatório apontaram que o ecoturista e o turista de aventura têm gastado mais no país. Em 2009 o gasto médio, por turista, foi de R\$ 293,00, deixados em cofres nacionais, um crescimento de 165% em relação a 2008, onde se registrou R\$ 112,00 em média por turista. Atualmente, estima-se que existam 2.067 empresas que trabalham com o segmento de turismo de aventura ou ecoturismo no Brasil, as empresas geram 11.637 funcionários e obtém 18.541 empregados no período de alta temporada.

Os praticantes desta atividade buscam o contato direto com a natureza e também novas formas de se aventurar, geralmente os praticantes do turismo de aventura são profissionais, amadores de esportes e aventureiros. Geralmente as atividades mais praticadas por turistas de aventura são as trilhas acompanhadas por rapéis, voos livres entre outras modalidades. A prática do voo livre vem despontando no cenário nacional, um dos motivos é a sensação de liberdade proporcionada pela atividade. Esta prática é trabalhada tanto em localidades estruturadas, onde se encontra uma espécie de base para atendimento de necessidades do turista aventureiro, quanto em localidades que não tem bases de atendimento e apoio para os praticantes contando apenas com os equipamentos de segurança.

O Brasil oferece vários lugares para a prática do turismo de aventura, entre eles o município de Patu que está localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte. Além de suas paisagens e de uma serra onde se localiza o Santuário do Lima, o município vem obtendo destaque no cenário nacional e internacional devido o local ser propício para a prática do voo livre, onde já se obteve recorde de duração e distância de voo.

O estudo se delimita a trabalhar a importância do turismo de aventura no Estado do Rio Grande do Norte com foco na prática do voo livre no Município de Patu, abordando, reflexões, tendências, atuação profissional com relação ao tema turismo de aventura. O estudo também tem o intuito de identificar os impactos positivos e negativos da prática do voo livre para a cidade de Patu, podendo assim apontar meios para o crescimento da prática e dessa forma aumentar a divulgação do estado no cenário nacional do turismo de aventura.

Diante do exposto, têm-se como pergunta problema para esta pesquisa: Qual a importância da prática do voo livre como atrativo turístico para o desenvolvimento do turismo de aventura no município de Patu?

1.2 Justificativa

A busca de novidades produtos turísticos que não se referem ao sol e mar tem levado mudanças na diversificação da oferta, o surgimento de novos destinos e de novos seguimentos vem se tornando cada vez mais comuns nos dias de hoje. O consumidor compulsivo do turismo de massa vem se tornando cada vez mais consciente e exigente quanto ao uso da natureza e a preservação ambiental, esta mudança no comportamento do consumidor se dá devido ao acesso nas informações, campanhas de conscientização e uma tendência do mercado para se adequar ao novo perfil do consumidor. A partir deste novo cenário na busca da natureza surge o turismo de aventura que vem despontando no cenário nacional. No Brasil o turismo de aventura tende a um processo de evolução igualitária ao turismo de natureza devido a sustentabilidade.

No estado do Rio Grande do Norte o cenário do turismo de aventura surge neste mesmo rumo nacional, uma nova tendência para auxiliar o crescimento dos seguimentos oferecidos. O município de Patu/RN está turisticamente enquadrado no polo serrano do Rio Grande do Norte que enquadra mais 11 municípios, que tem como característica o clima ameno em alguns municípios, além de se enquadrar em um polo de exploração do turismo no estado o município apresenta uma diversidade nas suas segmentações, tais como, além da aventura, o turismo religioso, o turismo cultural e o turismo de eventos. O município de Patu/RN se configura em diferenciadas tipologias de relevo, serra, um ambiente propício para a prática da atividade de voo livre o que influencia diretamente na expansão do turismo de aventura.

O município de Patu apresenta uma soma de história, cultura popular, espaços físicos que guardam importantes vestígios da pré-história, presença do bioma caatinga, além de outros atrativos turísticos de outros seguimentos fora a aventura.

Somado a isto, a população "Patuense" obtém a hospitalidade como umas das características importantes para o turismo, o modo gentil do comportamento do seu povo perante aos praticantes do voo livre colabora, diretamente, na agregação dos valores ao produto turístico.

Do ponto de vista prático, este estudo mostra-se relevante ao identificar este potencial a ser explorado na economia do turismo do estado do Rio Grande do Norte. O estudo obtém o intuito de identificar uma atividade econômica que difere da prática do “sol e mar”, alertando para a importância de um planejamento adequado para o crescimento desta prática para a economia de uma localidade.

A escolha do tema deu-se devido o crescimento, expansão, divulgação e potencial turístico a ser explorado com a prática do voo livre no município de Patu localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte. Esta atividade além de promover a interiorização do turismo no Brasil, proporciona uma alternativa para o turismo de “sol e mar” além de propiciar a promoção de uma atividade economicamente turística em crescimento no Rio Grande do Norte.

Finalmente, do ponto de vista pessoal, o interesse pelo assunto surgiu devido de que se trata de uma prática que difere do convencional, do contato íntimo com a região onde o estudo é realizado, conhecimento da área do estudo.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a prática do voo livre como atrativo turístico para o desenvolvimento do turismo de aventura no município de Patu – RN.

1.3.2 Objetivos Específicos:

- a) Identificar os impactos positivos e negativos da prática do voo livre para a cidade de Patu;
- b) Verificar a estrutura onde é praticada a atividade;
- c) Observar se há um planejamento para o crescimento da atividade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Turismo na Natureza

Após o período pós-guerra a sociedade mundial adota um comportamento consumista em virtude da globalização, no turismo não é diferente, as exigências devido a grande quantidade de informações, facilidades de deslocamento e um maior poder aquisitivo fez com que surgissem grande prestadores de turismo, fazendo com o que o turismo de massa crescesse de uma forma imensa. Com o avanço da globalização, surge também a necessidade de preservação. A sustentabilidade começa a ganhar espaço nas ultimas décadas e o turismo, uma das atividades com grande potencial devastador, entra na consciência sustentável. A partir desse novo comportamento e uma necessidade de inovação do mercado o turismo começa a ser trabalhado conscientemente na natureza.

Segundo Candido (2003, p.25) o turismo se da na natureza a partir década de 70, quando se muda o “eixo de interesse” saindo do turismo de massa praticado nas praias passando para uma “nova redescoberta” da natureza.

A relação entre a natureza e o home é uma das motivações mais percebidas onde aborda o lazer. Essa procura provém do dia a dia nos grandes cetros urbanos e estresse causado. O contato do turista com a natureza revelou uma consciência e conservação com os turistas.

Diante dessa abordagem a nova busca pelos turistas impulsionaram novas formas de turismo na natureza, ou seja, praticado como o ecoturismo, as atividades e os esportes de aventura, esportes radicais entre outras.

Inicialmente compreendido como uma atividade de ecoturismo, o turismo de aventura apresenta características particulares. Para entender melhor o turismo de aventura tem que diferenciar essa pratica do ecoturismo. O Quadro 02 apresenta a diferença entre Turismo de Aventura e Ecoturismo.

	ECOTURISMO	TURISMO DE AVENTURA
Palavra-chave	Conservação	Risco Controlado
Ocorrência	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais
Operação	Diretamente relacionado	Relacionada a

	com manutenção do ambiente	atividades esportivas de natureza
Cuidados	Extremos	Básicos
Conhecimento do local	Profundo	Apenas para a prática da modalidade esportiva
Objetivos	Conhecimento amplo do ambiente natural e cultural	Atividade física na natureza
Grupos	Reduzidos	Reduzidos
Envolvimento local	Sempre	Ocorre quando necessário para suporte da atividade
Agentes de Turismo	Envolvimento direto com os projetos ambientais	Capacitados para a modalidade
Envolvimento cultural	Diretamente identificado	Geralmente não ocorre
Público	Preocupado com as questões ambientais	Ávido por atividades físicas no meio natural
Programas	Dentro dos conceitos de mínimo impacto	Sempre ligado a práticas esportivas de risco controlado

Quadro 02 – Diferença entre Turismo de Aventura e Ecoturismo
 Fonte: Adaptado de Machado (2005, p.35).

O quadro acima apresenta as diferenças entre o turismo de aventura e o ecoturismo, diante do exposto podemos identificar que o ecoturismo é voltado a preservação, a ambientes naturais preservadas enquanto turismo de aventura busca a pratica da aventura em si.

2.2 Turismo de Aventura

2.2.1 Abordagens conceituais

O turismo surge como uma importante atividade econômica dos tempos modernos vem sendo estudado desde o período entre guerras passando pelo desenvolvimento mundial principalmente tecnológico dos transportes até os dias atuais. Ao longo dos anos surgem diversas definições com pontos de vista diferenciados por autores, entretanto a atividade tem foco multidisciplinar e complexa.

Dicionários definem elementos de emoção, perigo, risco e incerteza, no tocante a aventura. Oxford, por exemplo, define aventura como “atividade perigosa”, “de risco”, “experiência emocionante”. O Websters aborda as seguintes definições

uma “iniciativa arriscada”, “ação ousada”, “experiência diferenciada”. Segundo Ferreira (1999), Aventura vem do latim “adventura”, que significa “o que há por vir”, “algo que vem pela frente”, experiência radical, perigosa, já que os riscos de uma série de atividades não podem ser controlados, emocionante, que provoca adrenalina, no tocante a atividades onde os riscos são controlados.

Segundo Farah (2005, p.28) o conceito de turismo de aventura se encontra em discussão e definição no tocante a esfera governamental, se tratando de um campo complexo com diversidade inerente. Farah (2005, p.28) aborda as características do turismo de aventura onde:

Baseiam-se no risco que é intrínseco à sua prática; recreativa da experiência, ressaltando a superação dos limites pessoais, e não a competição; o local onde há a prática, podendo ser realizada em ambientes naturais ou urbanos, destacando que as atividades podem ser realizadas ao ar livre e em ambientes fechados “internos”, ressaltando inclusive o respeito ao ambiente natural, econômico e sociocultural da localidade onde as atividades ocorrem, evitando possíveis impactos negativos; e até a motivação do turista de aventura e à relação com o desejo por emoções fortes que permitem a fuga da rotina.

Segundo Buckley (2011, p.03) o Turismo de Aventura é um termo amplo abrange diversos tipos comerciais de turismo e recreação ao ar livre com um componente expressivo de emoção. Está relacionado estreitamente com o turismo de natureza, confundindo-se com ele em algumas ocasiões. Contudo o turismo de natureza volta-se a observação enquanto o de aventura a ação.

Buckley (2011, p.03) relata que o turismo de aventura tende a incluir, algumas vezes, viagens independentes onde proporcionam ou são percebidas pelos próprios participantes como provedoras de experiências de aventura. Por outro lado, pode incluir ainda instalações esportivas, artificiais ou não artificiais em locais fixos ao ar livre, como estações de esqui, por exemplo, e outros componentes complementares, tanto residenciais quanto comerciais.

Buckley (2011, p.04) afirma que o Turismo de Aventura pode ser definido de diferentes formas, não possui uma definição universal oficialmente aceita ou consensual por parte dos autores. Do ponto de vista do turista, qualquer experiência que ele pessoalmente afirme aventureira, pode ser considerada como turismo de aventura. No entanto pessoas diferentes – ou até mesmo pessoas ao longo da vida – podem ter percepções completamente opostas sobre o quanto uma atividade é aventureira resultando de experiências prévias, habilidades e interesses. Do ponto

de vista da oferta um amplo leque de atividades comerciais de turismo pode ser vendido, como sendo de aventura, estando o mesmo relacionado intimamente com a natureza.

Segundo Uvinha (2005, p.271) o Turismo de Aventura compreende:

Um seguimento em que se pode verificar uma relação oferta/demanda característica, na próxima da prática dos ditos esportes de aventura e realizada por um público com motivações peculiares, viabilizada com infraestrutura e recursos humanos especializados, a fim de programar uma experiência desafiadora e passível de certificação específica nos mais distintos ambientes e localidades, seja na atividade do excursionismo (sem pernoite), seja na atividade do turismo

O Ministério do Turismo em 2006 define o Turismo de aventura como a compreensão dos movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo. Aparentemente simples, o conceito de Turismo de Aventura abordado pelo MTur, contém diversos termos que, quando não compreendidos, podem levar a erros na interpretação relacionada ao segmento. Para consolidar a de delimitação do segmento, esclarece os significados dos termos “movimentos turísticos”, “atividades de aventura” e “caráter recreativo e não competitivo”, pois são relevantes expressões fundamentais para a compreensão integral do conceito. Os movimentos turísticos são os deslocamentos, propriamente dito, e estadias em que há a realização de atividades de aventura que dão consistência ao segmento, abrangendo a oferta de serviços, equipamentos e produtos; Atividade de Aventura remete a experiências físicas e sensoriais envolvendo desafios, proporcionando sensações diversas, conforme a norma ABNT NBR 15500 – Turismo de Aventura - Terminologia, define-se atividades de Turismo de Aventura como: Atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos; O Caráter recreativo e não competitivo remete aos movimentos turísticos provenientes da prática de esportes, mesmo que de aventura, quando compreendidas como competições, denominam-se por modalidades esportivas e são definidas e apontadas no âmbito do segmento Turismo de Esportes.

O Ministério do Turismo em (2006) apresenta características para a melhor compreensão do Turismo de Aventura que são as seguintes:

A) A diversidade

Remete a variedade de atividades de aventura e de locais onde são realizadas, é considerada fundamental na compreensão do segmento, o que exige a procedimentos, o uso de equipamentos e competência humana específica. A diversidade das atividades de Turismo de Aventura tende a aumentar pela constante inovação decorrente do avanço tecnológico dos equipamentos e da busca contínua de desafios e experiências inusitadas por uma parcela significativa de consumidores e pelo contínuo desenvolvimento da capacidade das empresas de gerenciar riscos.

B) Gestão de riscos

Compreender que as atividades de aventura sugerem exposição a determinados riscos pessoais e materiais que podem variar de intensidade conforme um grande número de fatores significa entender que a segurança é um dos requisitos imprescindíveis para a realização dessa atividade. Isto é, ao se submeter a um programa de Turismo de Aventura, ainda que assumindo os riscos, esse consumidor espera não enfrentar perdas materiais, psicológicas ou físicas.

C) Participação e Interação

A realização de atividades de Turismo de Aventura favorece o estreitamento da relação positiva entre os turistas, dos turistas com profissionais responsáveis pelo atendimento e condução, do turista com o meio (ambiente e comunidade). A intensa participação do turista como protagonista da vivência o torna a essência do próprio segmento. Dessa forma se promove a troca de experiências, o espírito de camaradagem e até o surgimento de linguagens e estilos peculiares a cada grupo. Essas características exigem cuidados adicionais na atenção à aptidão dos clientes, visando o conforto físico e emocional, a segurança, a vivência das possibilidades na natureza com responsabilidade de conservá-la e o prazer da experiência na atividade do Turismo de Aventura.

2.2.2 Aspectos Legais

O ato de aprimorar o um produto ou serviço para o cliente vem desde as forma produtivas do comercio. No turismo de aventura não é diferente, já que o

mesmo obtém riscos eminentes. Normas para uma boa prática do turismo de aventura é essencial.

Segundo Abreu e Timo (2005, p.44) destacam que as normas técnicas:

Devem ser estabelecidas por consenso entre os interesses, o que pressupõe compromissos de interesse mútuo, e devem ser aprovadas por um organismo reconhecido, o qual deve atuar de acordo com os princípios da normatização, pois é o responsável pelo processo e por assegurar o consenso. Esse organismo reconhecido é o organismo nacional de normatização.

O ministério do Turismo em 2010 apresenta normas técnicas, jurídicas e institucionais para a prática do turismo de aventura. Entre os marcos técnicos estão a legislação turística e a legislação específica.

Em 2008 o ministério do turismo apresenta A Lei no 11.771, de 17 de Setembro de 2008 (Lei do Turismo) - Nacional de Turismo - define as normas sobre a Política Nacional de Turismo, dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo (PNT), institui o Sistema Nacional de Turismo, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, trata sobre o fomento de atividades turísticas com suporte financeiro do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), das atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.

Os objetivos desta norma é organizar, desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos no âmbito turístico. Preservar as boas práticas do turismo em uma localidade a fim de diminuir os impactos causados pela atividade.

Em 2010 o MTur apresenta o decreto que regulamenta a lei do turismo, Decreto no 7.381,19 de 02 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei do Turismo (Lei no 11.771/2008), estabelecendo critérios para o funcionamento do Sistema Nacional de Cadastramento, Classificação e Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos²⁰ – (SINASTUR).

2.2.2.1 Normas e legislação específica do Turismo de aventura

Entre as normas específicas para a prática do turismo de aventura o Ministério do Turismo apresenta os seguintes quesitos:

A) Normas

A normalização, para o turismo de aventura, aborda a maneira de organizar as atividades de aventura voltadas para o turismo para a concepção de regras e Normas Técnicas, objetivando a promoção e a qualidade dos serviços, equipamentos e produtos oferecidos. Essa normatização segue tendências nacionais para prevenção de acidentes, proporcionando o oferecimento de um produto competitivo a fim de tornar o País um potencial no tocante ao destino mundial de turismo de aventura. As normas foram desenvolvidas através do projeto do Projeto de Normatização em Turismo de Aventura elaborado pelo Instituto de Hospitalidade responsável pela secretaria técnica do Comitê Brasileiro do Turismo vinculado a ABNT, já a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) é responsável pelo Subcomitê Turismo de Aventura.

As Normas, do Turismo de Aventura, refere-se a informações a clientes, procedimentos, sistema de gestão de segurança; competência de pessoal entre outros. As normas se propõem em oferecer subsídios para a certificação. Qualificação, recrutamento e seleção. O quadro a seguir apresenta as normas que abordam o turismo de aventura segundo a ABNT. O Quadro 03 apresenta as Normas e Técnicas da ABNT.

Norma	Descrição
ABNT NBR 15285	Turismo de Aventura – Condutores – Competências de pessoal <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece resultados esperados e competências mínimas para condutores de Turismo de Aventura, independentemente do tipo de atividade praticada.
ABNT NBR 15286	Turismo de Aventura – Informações mínimas preliminares a clientes <ul style="list-style-type: none"> • Elenca requisitos gerais mínimos de informações relativas à segurança e aos aspectos contratuais pertinentes, referentes a produtos e serviços que incluam atividades de Turismo de Aventura, ofertados por pessoa física ou jurídica, antes da formalização da compra.
ABNT NBR 15331	Turismo de Aventura – Sistema de gestão da segurança – Requisitos <ul style="list-style-type: none"> • Especifica requisitos para um sistema de gestão da segurança e aplicação de processos de melhoria contínua visando promover a prática de atividades de aventura de forma segura.
ABNT NBR 15334	Turismo de Aventura – Sistema de gestão da segurança – Requisitos de competências para auditores <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece requisitos mínimos para os auditores responsáveis por verificar os sistemas de gestão da segurança implantados nas organizações que atuam com o segmento de Turismo de Aventura.
ABNT NBR 15370	Turismo de Aventura – Condutores de rafting – Competências de pessoal <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece resultados esperados e competências para condutores relacionadas à preparação e condução de cliente para a prática de rafting. Essa norma é complementar à NBR 15285.
ABNT NBR 15383	Turismo de Aventura – Condutores de turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues – Competências de pessoal <ul style="list-style-type: none"> • Define competências para condutores de Turismo de Aventura para a prática de atividades fora-de-estrada, cujo objetivo da experiência turística é trafegar por

	roteiros em vias convencionais e não convencionais em veículos 4x4 ou bugues, seja conduzindo clientes, dirigindo veículos, seja ainda assistindo a quem os dirige. Essa norma é complementar à NBR 15285.
ABNT NBR 15397	Turismo de Aventura – Condutores de montanhismo e de escalada - Competências de pessoal <ul style="list-style-type: none"> • Especifica resultados esperados e competências para condutores de Turismo de Aventura para a prática de atividades de montanhismo e de escalada. São considerados dois tipos de condutores distintos: condutores de montanhismo e condutores de montanhismo e escalada. Essa norma é complementar à NBR 15285.
ABNT NBR 15398	Turismo de Aventura – Condutores de caminhada de longo curso - Competências de pessoal <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece os resultados esperados e as competências mínimas para condutores de Turismo de Aventura com atividade de caminhada de longo curso.
ABNT NBR 15399	Turismo de Aventura – Condutores de espeleoturismo de Aventura Competências de pessoal <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece resultados esperados e competências para condutores de Turismo de Aventura para a prática de atividades de espeleoturismo. São considerados dois tipos de condutores: condutores de espeleoturismo de Aventura e condutores de espeleoturismo vertical. Essa norma é complementar à NBR 15285.
ABNT NBR 15400	Turismo de Aventura – Condutores de canionismo e cachoeirismo Competências de pessoal <ul style="list-style-type: none"> • Define resultados esperados e competências para condutores de Turismo de Aventura para a prática de atividades de canionismo e cachoeirismo. Essa norma é complementar à NBR 15285.
ABNT NBR 15453	Turismo de Aventura – Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues Requisitos para produto <ul style="list-style-type: none"> • Especifica requisitos relativos à segurança dos clientes e condutores referentes aos produtos (serviços) de Turismo de Aventura para a prática de atividades fora-de-estrada, utilizando veículos de tração 4x4 ou bugues. A norma não se aplica aos produtos turísticos com atividades fora-de-estrada que utilizem outros tipos de veículos.
ABNT NBR 15500	Turismo de Aventura – Terminologia <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece os principais termos e suas respectivas definições empregadas no Turismo de Aventura utilizados em pelo menos duas ou mais atividades específicas.
ABNT NBR 15503	Turismo de Aventura – Espeleoturismo de Aventura – Requisitos para produto <ul style="list-style-type: none"> • Define requisitos para produtos (serviços) de Turismo de Aventura para a prática de atividades de espeleoturismo e de espeleoturismo vertical relativos à segurança de clientes e condutores.
ABNT NBR 15505-1	Turismo com atividades de caminhada – Parte 1: Requisitos para produto <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece os requisitos para produtos de turismo com atividades de caminhada que não envolvam pernoite, relativos à segurança dos clientes e condutores.
ABNT NBR 15505-2	Turismo com atividades de caminhada – Parte 2: Classificação de percursos <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece os critérios referentes à classificação de percursos utilizados em caminhadas sem pernoite quanto às suas características e severidade.
ABNT NBR 15509-1	Cicloturismo – Parte 1: Requisitos para produto <ul style="list-style-type: none"> • Define requisitos para o fornecimento de produtos (serviços) de Turismo de Aventura para a prática de atividades de cicloturismo que se aplicam a todos os tipos e portes de empresas, organizações e empreendimentos turísticos que operam tais atividades, adequando-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.
ABNT NBR 15507-1	Turismo equestre – Parte 1: Requisitos para produto <ul style="list-style-type: none"> • Define requisitos para o fornecimento de produtos (serviços) de Turismo de Aventura para a prática de atividades de turismo equestre que se aplicam a

	<p>todos os tipos e portes de empresas, organizações e empreendimentos turísticos que operam tais atividades, adequando-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.</p>
ABNT NBR 15507-2	<p>Turismo equestre – Parte 2: Classificação de percursos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece classificação de percursos de Turismo de Aventura para atividades de turismo equestre referentes às suas características e dificuldades, permitindo que o cliente tenha informações preliminares e se oriente adequadamente na escolha do trajeto. Os critérios de classificação do percurso são específicos para a atividade oferecida.
ABNT NBR ISO 24801-1	<p>Serviços de Mergulho Recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos – Parte 1: Nível 1 – Mergulhador supervisionado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especifica as competências que um mergulhador autônomo deve ter para que uma organização de treinamento possa lhe outorgar uma certificação que indique que ele atingiu ou excedeu o mergulhador autônomo nível 1 — “Mergulhador supervisionado” — e especifica a avaliação dessas competências. Aplica-se somente a treinamento e certificação contratuais em mergulho autônomo recreativo.
ABNT NBR ISO 24801-2	<p>Serviços de Mergulho Recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos – Parte 2: Nível 2 – Mergulhador autônomo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especifica as competências que um mergulhador autônomo deve Ter para que uma organização de treinamento possa lhe outorgar uma certificação que indique que ele atingiu ou excedeu o Mergulhador Autônomo Nível 2 — “Mergulhador autônomo” — e a avaliação dessas competências. Aplica-se somente a treinamento e certificação contratuais em mergulho autônomo recreativo.
ABNT NBR ISO 24801-3	<p>Serviços de mergulho recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos – Parte 3: Nível 3 – Condutor de mergulho</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especifica as competências que um mergulhador autônomo deve ter para que uma organização de treinamento possa lhe outorgar uma certificação que indique que ele atingiu ou excedeu o Mergulhador Autônomo Nível 3 — “Condutor de mergulho” — e a avaliação dessas competências. Aplica-se somente a treinamento e certificação contratuais em mergulho autônomo recreativo.
ABNT NBR ISO 24802-1	<p>Serviços de mergulho recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte 1: Nível 1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especifica as competências que um instrutor de mergulho autônomo deve ter atingido para que uma organização de treinamento lhe outorgue a certificação de instrutor de mergulho autônomo, indicando que ele atingiu ou excedeu o nível instrutor de mergulho autônomo nível 1 e especifica a avaliação dessas competências. Aplica-se somente a treinamento e certificação contratuais em mergulho autônomo recreativo.
ABNT NBR ISO 24802-2	<p>Serviços de mergulho recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte 2: Nível 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especifica as competências que um instrutor de mergulho autônomo deve ter atingido para que uma organização de treinamento lhe outorgue a certificação de instrutor de mergulho autônomo, indicando que ele atingiu ou excedeu o nível instrutor de mergulho autônomo nível 2, e especifica a avaliação dessas competências. Aplica-se somente a treinamento e certificação contratuais em mergulho autônomo recreativo.

Quadro 03 – Normas de Técnicas Publicadas

Fonte: ABNT, <http://www.abnt.org.br/mtur>

A figura a seguir apresenta as Normas Técnicas do Turismo de Aventura em forma de “espinha de peixe”, onde apresenta-se a ABNT NBR 15331 e ligadas a ela, as demais Normas. Cada cor representa um conjunto de normas como exemplifica a legenda.



Figura 01 – Normas de Turismo de Aventura
 Fonte: ABNT, <http://www.abnt.org.br/mtur>

A normatização em turismo de aventura é apontada como destaque mundialmente. O ISO – Organização Internacional para Normalização (órgão internacional responsável de padronização e normalização de bens e serviços). Juntamente com a Inglaterra o Brasil coordena os trabalhos dentro do Comitê Técnico de Turismo da ISO no que se refere a Turismo de Aventura.

B) Certificação

A certificação demonstra a qualidade com os requisitos das normas técnicas, organizadas por organizações especializadas, denominadas de organismos de certificação não podendo ter relação direta ou indireta com o objeto a ser certificado. O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) é o órgão nacional de acreditação para organismos de certificação.

Segundo a MTur em 2010 retrata que os prestadores de turismo de aventura tem que buscarem adequações especificamente na sua área. A iniciativa para o melhoramento da prestação do serviço deve partir por parte do prestador de serviço, o mesmo tem que buscar a qualificação para a venda do seu produto, no

caso do Turismo de aventura o seu serviço, obtendo assim um destaque sobre as outras prestadoras de serviços.



Figura 02 – Normas de Certificação Turismo de Aventura
Fonte: ABETA, <http://www.abeta.com.br>

C) Legislação ambiental

Como em qualquer atividade turística no mundo, o Turismo de Aventura deve, em sua prática, obter comportamentos, atitudes e precauções que possam evitar e/ou minimizar impactos negativos ao ambiente. Os fornecedores de praticas de turismo devem atentar-se para o cumprimento dos requisitos legais pertinentes.

Instrumentos Legais	Escopo
Lei no 4.771/1965	Institui o Código Florestal – trata das florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem. São bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta lei estabelecem. Principais artigos relacionados ao segmento são: Art. 2º, Art. 7º, Art. 17, Art. 18, Art. 19, Art. 25, Art. 26.
Lei no 5.197/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências – estabelece que todos os animais que vivem naturalmente fora de cativeiro são propriedades do Estado, entre outras disposições. Principais artigos: Art.

	1º, Art. 3º, Art. 7º.
Lei no 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências – estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, sua finalidade e mecanismos de formulação e aplicação; constitui o Sistema Nacional de Meio Ambiente; institui o Cadastro de Defesa Ambiental; e ainda define conceitos pertinentes, como recurso ambiental e poluição, entre outros. Principais artigos: Art. 2º, Art. 5º, Art. 9º, Art. 10, Art. 17.
Lei no 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências – Além de criar a Política Nacional, institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos a partir do Código de Águas (Decreto no 24.643/34), que regulamenta o uso e classificação das águas brasileiras. Artigos relacionados: Art. 3º, Art. 7º, Art. 12, Art. 20 e 21, Art. 49, Art. 50.
Lei no 9.605/1998	Lei da Natureza e de Crimes contra o Meio Ambiente – dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências – trata das infrações penais para crimes ambientais, como caçar e perseguir animais silvestres, impedir a procriação da fauna, modificar, danificar ou destruir ninho, abrigo ou criadouro natural. Complementa a lei de proteção à fauna, por apresentar as penalidades para cada infração, funcionando como um instrumento que oferece agilidade e eficácia na punição aos infratores da natureza. Artigos relacionados: Art. 2º, 3º, 4º e 38 a 48.
Lei no 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação – regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o SNUC, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UC). Cabe ressaltar que a visitação ao SNUC é um dos principais recursos e atrativos para o desenvolvimento de inúmeras atividades turísticas no País, ocupando lugar de destaque na política ambiental, a partir de atividades compatíveis com a conservação da biodiversidade. Artigos relacionados: Art. 2º, 4º, 5º, 7º a 21, 25, 26 e 27.
Lei no 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências – a Lei institui a Política Nacional de Educação Ambiental apresentando seus objetivos, diretrizes e uma proposta programática de promoção da educação ambiental em todos os setores da sociedade. ATENÇÃO: Art. 5º e 13.

Quadro 04 – Legislações Ambientais Importantes

Fonte: ABNT, <http://www.abnt.org.br/mtur>

No tocante aos instrumentos relacionados à legislação ambiental encontramos o plano de manejo, determina o zoneamento e as regras de uso, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), tem natureza preventiva, quando o empreendimento e um provável causador de degradações e as Diretrizes Para Visitação Em Unidades De Conservação onde se estabelece linhas orientadoras a serem observadas e adotadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Dencker (1998, p.21) metodologia é a maneira concreta de realizar a busca de conhecimento, engloba o modo como realizar para adquirir o desejado de maneira racional e eficiente.

Metodologia é a explanação que promove análise detalhada de todo o trabalho desenvolvido em uma pesquisa identificando o tipo da pesquisa, os instrumentos utilizados, o universo da pesquisa, o período de pesquisa, divisão do trabalho e equipe de pesquisa, as formas de análise dos dados e suas tabulações, enfim metodologia aborda tudo o que é utilizado na pesquisa.

3.1 Caracterização da pesquisa

O estudo se caracteriza como sendo uma pesquisa do tipo descritivo-exploratória de caráter qualitativo. Segundo Dencker (1998, p.120) o estudo qualitativo se apresenta uma forma onde o pesquisador deverá indicar o que se pretende investigar, como se planeja investigar e porque o estudo é relevante.

Segundo Dencker (1998, p.158), a pesquisa descritiva compreende uma série de levantamento de dados através de um questionário, uma entrevista estruturada entre outras formas de entrevistas.

Para Dencker (1998, p. 156) quanto à natureza exploratória trata-se um estudo de fontes secundárias, estudos de casos selecionados e a observação informal.

Para a realização do estudo, foram efetuados levantamentos bibliográficos, escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de sites da internet. Para Rampazzo (2005, p. 53), qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área supõe e exige uma pesquisa bibliográfica, quer para o levantamento da situação da questão, quer para fundamentação teórica, ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa.

3.2 Universo da pesquisa

Segundo Marconi e Lakatos (2005) o universo ou população é um conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum.

No estudo em questão, a população significa os envolvidos com a prática do voo livre no município de Patu/RN, já que a presente pesquisa tem como objetivo analisar a prática do voo livre como atrativo turístico para o desenvolvimento do turismo de aventura no município de Patu – RN.

O selecionado para participar da pesquisa foi um dos idealizadores da prática de voo livre na cidade. Além de ser um dos idealizadores e apoiadores da atividade desenvolvida no município também é proprietário da Pousada voo livre e atualmente vereador no município de Patu/RN. As informações fornecidas por esta pessoa selecionada para participar da pesquisa são de fundamental importância para o objetivo deste estudo, pois além de ser uma das pessoas que apoiam a prática do voo livre em Patu desde o início contendo informações sobre todo o histórico da realização da atividade, o mesmo possui ainda uma visão de empresário por ser proprietário de uma pousada e possui também uma visão do poder público por ser atualmente ser vereador no município.

3.3 Coleta de dados

Segundo Dencker (1998, p.165) a coleta de dados é a etapa da pesquisa em que tem por objetivo obter informações sobre a realidade. Em relação ao presente estudo as informações foram coletadas através de uma entrevista com um dos idealizadores da prática do voo livre no município de Patu/RN.

A coleta dos dados aconteceu mediante entrevista, semi-estruturada com um dos idealizadores do voo livre em Patu RN afim de concluir o objetivo do estudo, observando elementos que propiciam e que envolvem a pratica do voo.

A realização da entrevista se deu de maneira virtual, pois o entrevistado optou por este meio facilitador para ambas as partes, a entrevista se deu no dia 22/10/2013 mediante um contato telefônico e combinado para o envio por e-mail.

As perguntas que foram inseridas na entrevista tiveram como objetivo principal responder aos objetivos do estudo proposto e levantar dados para a complementação e embasamento do presente estudo.

3.4 Análise dos dados

Segundo Dencker (1998, p.191) a análise dos dados reúne as observações de maneira coerente e organizada de maneira que possa responder ao problema da pesquisa.

Nesta parte do estudo será mencionada a técnica para análise e interpretação dos dados, onde serão apresentados os resultados dos dados coletados mediante entrevista realizada com um dos idealizadores do voo livre no Município de Patu/RN, com o intuito de avaliar a prática do vôo livre como turismo de aventura no município de Patu – RN.

Os dados da presente pesquisa foram analisados de forma descritiva, no qual dá uma visão geral dos resultados (DENCKER, 1998).

4 ANÁLISE DE DADOS

Conforme citado anteriormente, o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a prática do voo livre como atrativo turístico para o desenvolvimento do turismo de aventura no município de Patu/RN. Para tanto foi realizada uma entrevista com um dos idealizadores da prática de voo livre do município de Patu, bem como foram feitas visitas ao local utilizado para a prática da atividade e foram feitas observações na estrutura do lugar.

O entrevistado além de ser um dos idealizadores e apoiadores da atividade desenvolvida no município também é proprietário da Pousada voo livre e atualmente vereador no município de Patu/RN. É considerado relevante entrevistar as pessoas que trabalham diretamente com a atividade e apoiam desde o seu início, pois são considerados a fonte principal de informação, pois detém todo o histórico da realização da atividade no município de Patu/RN.

Para dar uma maior magnitude à análise dos dados, o universo virtual também foi ponto considerável a ser consultado, pois essa mídia auxilia na propagação do turismo nos dias de hoje, como as redes sociais, blogs e sites. Embora o ambiente virtual venha dar auxílio para análise dos dados, o peso do resultado ficou a cargo da entrevista.

A análise dos dados está dividida da seguinte forma: primeiramente foram apresentadas informações sobre a prática do voo livre no município de Patu/RN, e posteriormente informações obtidas através da entrevista.

4.1 O voo livre no município de Patu/RN

O município de Patu se localiza na mesorregião do Oeste potiguar do Estado do Rio Grande do Norte, distante 314 Km da capital Natal, o município possui uma área territorial de 319 Km², a cidade se localiza em meio a uma região serrana no sopé da serra do lima. A origem do nome "Patu" Segundo o historiador Luís da Câmara Cascudo, se deu a partir da língua tupi, "Patu" na língua tupi significa "terra alta", "chapada", "planalto", "chapada sonora", "serra do estrondo". (CASCUDO, 1968)

O município está turisticamente enquadrado no Polo Serrano do Rio Grande do Norte que enquadra mais 11 municípios, que tem como característica o clima ameno em alguns municípios. Como atração turística o município apresenta a contemplação da paisagem do alto oeste a partir da serra do Lima, com 699 metros de altura, onde encontra o Santuário do Lima ou Santuário de Nossa senhora dos Impossíveis onde se trabalha o turismo religioso, um dos locais de maior religiosidade do Estado. A figura 03 e a figura 04 mostram o Santuário do Lima ou Santuário de Nossa senhora dos Impossíveis.

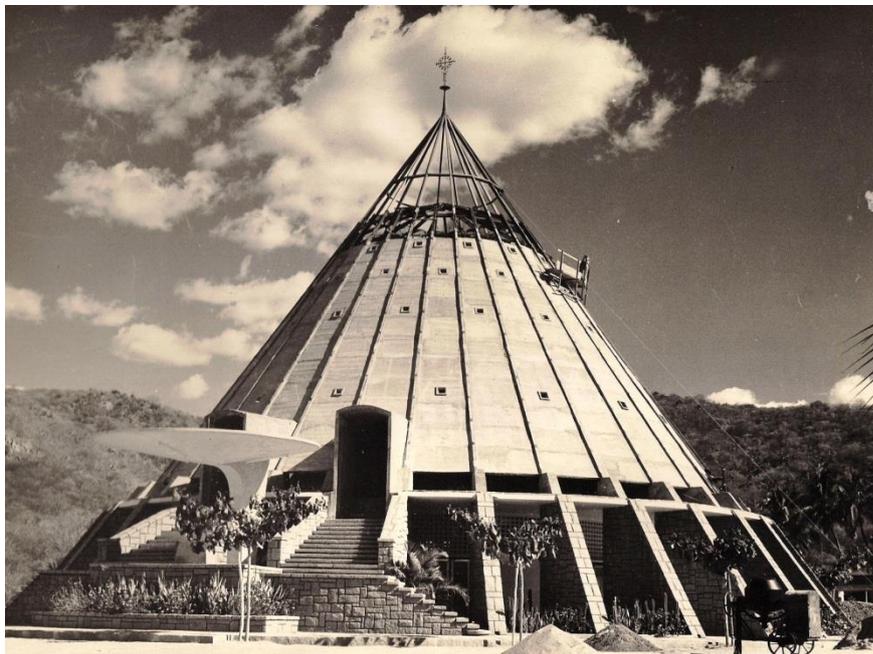


Figura 03 – Imagem do Santuário do Lima em Construção
Fonte: http://www.santuariodolima.com.br/p/fotos_28.html



Figura 04 – Imagem do Santuário do Lima
Fonte: <http://www.santuariodolima.com.br>

Na serra do Lima se encontra a rampa João Ismar de Moura, na qual é considerada, pelos praticantes, um dos melhores lugares do mundo para a prática do voo livre de asa delta, em particular a categoria parapente (Paraglider). Os meses considerados mais apropriados para a prática da atividade são principalmente os meses de outubro, novembro e dezembro. Segundo reportagem do portal G1 o município detém recordes de duração de voo. O recorde de voo, foi de 340 quilômetros, alcançado em 2003 e, por 4 anos, foi o mantido com o recorde mundial. A figura 05 mostra a placa de sinalização da entrada da rampa João Ismar de Moura.



Figura 05 – Imagem da Entrada da Rampa de Vôo Livre, Patu/RN

Fonte: <http://blog.patunews.com.br/2011/11/comecou-temporada-de-voo-livre-em-patu.html>

A rampa João Ismar de Moura está instalada na Serra do Lima no Município de Patu/RN a aproximadamente 6Km do município tendo acesso a uma estrada carrocavel, como mostra a imagem 05, estando a 3Km do Santuário do Lima. A rampa se localiza em uma área privada cedida para o uso da pratica do voo livre. A imagem 06 mostra a rampa, onde a mesma encontra-se em uma estado precário para idealização do voo livre.



Figura 06 – Imagem Rampa, Serra do Lima Patu/RN

Fonte: <http://blog.patunews.com.br/2011/11/comecou-temporada-de-voo-livre-em-patu.html>

No ano de 2011 o município recebeu o encontro mundial de voo livre, onde 32 pilotos de vários lugares do mundo foram à cidade para realizar a prática da atividade, suíços, alemães, italianos, franceses e gregos, em sua maioria são pilotos masculinos, porém encontram-se mulheres no grupo. A figura 07 mostra algumas pessoas que participaram desse encontro.



Figura 07 – Imagem do Encontro de voo livre em Patu/RN

Fonte: <http://blog.patunews.com.br/2011/11/comecou-temporada-de-voo-livre-em-patu.html>

4.2 Impactos positivos e negativos da prática do voo livre no município de Patu-RN

Em entrevista conclusiva da pesquisa com um dos idealizadores da prática de voo livre no município de Patu/RN e levando em consideração o material coletado em ambiente virtual, o Voo livre no Município de Patu Localizado no estado do Rio grande do Norte vem surgir no início da década de 90, precisamente em 1995, sendo realizado por pilotos de asa delta que descobriram na serra do Lima um local ideal para a prática. O voo livre se deu através de um desejo de um “gringo”,

assim colocado pelo entrevistado, residente no município de Martins/RN que buscava um local no município para a prática, só que encontrou na Serra do Lima em Patu seu local desejado e condições climáticas para pratica do voo livre. De acordo com o entrevistado o voo é para qualquer pessoa desde que seja habilitado, pois se trata de um esporte de aventura que tem seus riscos peculiares sendo praticado por profissionais.

Quando questionado sobre a importância da atividade para o município de Patu, o entrevistado afirmou que:

A importância é que bota nosso município em visibilidade para todo o mundo, e com isso podemos divulgar outros seguimentos turísticos que temos, como: Turismo religioso (Santuário do Lima, com suas grandes romarias), Ecológico (Visitas ao Pico do Pelado, Cruzeiro na Serra de Patu, as trilhas na Serra do Lima) e também a parte histórica do nosso município, (Temos a casa de pedra do cangaceiro Jesuíno Brillhante, as escrituras rupestres do sítio jatobá, temos o museu rural do sítio escondido), todo isso são potencialidades que temos, e a partir dessa divulgação maior que é feita do voo livre, podemos vender para os nossos turistas. Tudo isso trás aspectos positivos, principalmente o econômico, que é alavancado nesse período em nossa cidade. Não vejo nenhum aspecto negativo nessa atividade.

As Imagens a seguir mostram outros seguimentos mencionados na entrevista.



Figura 08 – Imagem do Pico do Pelado em Patu/RN

Fonte: <http://patucidadeturistica.blogspot.com.br/2013/04/imagens-do-passeio-ao-pico-do-pelado.html>



Figura 09 – Imagem do Cruzeiro em Patu/RN

Fonte: <http://patucidadeturistica.blogspot.com.br/2011/07/cruzeiro-de-sao-sebastiao-serra-de-patu.html>

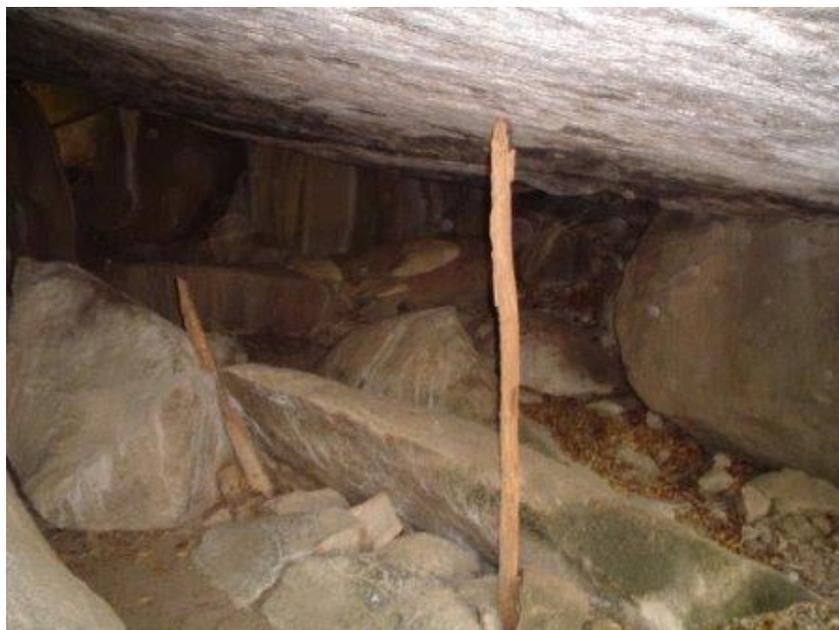


Figura 10 – Imagem da Casa do Cangaceiro Jesuino Brilhante em Patu/RN

Fonte: <http://tokdehistoria.wordpress.com/tag/cangaceiro-jesuino-brilhante/>



Figura 11 – Imagem do Sítio Arqueológico do Jatobá em Patu/RN
Fonte: <http://chaopotiguar.blogspot.com.br/2009/03/patu.html>



Figura 12 – Imagem do “Museu Casa de Pedra” ou Museu Dona Francisca
Fonte: <http://www.blogdocampelo.com/2013/05/xi-semana-nacional-do-museu-sera.html>

Entre os impactos positivos para a prática do voo livre como turismo de aventura no município de Patu entra em destaque a importância mencionada pelo entrevistado, onde o mesmo relata que através deste seguimento se destacam outros que fazem parte da oferta turística no município. Outro ponto positivo é a visibilidade que esta atividade trás para o município e a oportunidade de geração de emprego e renda proporcionada por esta prática.

Entre os impactos negativos da prática do voo livre o entrevistado relata a falta de infraestrutura da iniciativa privada:

A infraestrutura até hoje continua insuficiente. Se tivesse um campeonato de voo livre, por exemplo, não teria como atender a todos os pilotos que viriam. Pousadas, Restaurantes, garçons que não falam inglês, recepcionistas das pousadas que tem dificuldade de se comunicar com a maioria dos pilotos estrangeiros que passam por aqui. Existe uma grande deficiência da iniciativa privada para se aprimorar para tal situação.

Além dos problemas relatados pelo entrevistado o mesmo mencionou que não há um suporte básico medico Hospitalar para o atendimento específico do turismo de aventura.

4.3 Estrutura da rampa João Ismar de Moura

A rampa João Ismar de Moura se encontra cravada na Serra do Lima no município de Patu-RN, descoberta em 1995 a área da rampa obtém condições climáticas favoráveis para a prática do voo livre, segundo o entrevistado o seu processo de divulgação se deu em meados de 2003 através de uma empresa especializada em parapentes de Jaraguá do Sul – SC, a empresa SOL PARAGLIDERS realizou no município uma expedição que durou 30 dias com pilotos, pessoal de resgate e equipe de Mídia realizando um encontro no município e assim realizando a divulgação através da internet da Rampa vindo pilotos de outras localidades e de várias partes do mundo vindo a praticar o voo no município, esta difusão da rampa em Patu culminou no recorde mundial de voo realizada em uma expedição no ano de 2004.

Quando questionado sobre a estrutura do local onde é praticado o voo livre, o entrevistado informou que:

A pista funciona em um terreno particular, que até então não foi possível estruturá-la para que a mesma fique a altura da importância que tem esse esporte para nossa cidade. Todos os anos após o período de chuvas, o município faz serviços de melhorias na pista de decolagem assim como no acesso à mesma, tornando possível, porém de forma paliativa, a prática dos voos.

As imagens a seguir mostram as ações de melhorias na Rampa de voo livre do município de Patu.



Figura 13 – Imagem do serviço de melhoria na rampa João Ismara de moura
Fonte: <http://patucidadeturistica.blogspot.com.br>



Figura 14 – Imagem do serviço de melhoria na rampa João Ismara de moura
Fonte: <http://patucidadeturistica.blogspot.com.br>

A falta de estrutura adequada para proporcionar um conforto maior para a prática do voo livre no município ainda é uma barreira a se enfrentar, pois o mesmo perde turistas para outros polos da prática no nordeste, por exemplo, a rampa de

Quixadá no Ceará. A figura 13 a seguir mostra a imagem da Rampa do Quixadá/CE instalada no morro do Urucum.



Figura 15 – Imagem da rampa de voo livre Quixadá/CE

Fonte: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/sertao-central/esportes/voo-livre-quixada-abre-janela-para-quebra-de-records-mundiais/attachment/quixada-voo-livre-2013-5/>

A rampa tem o nome provisório de João Ismar de Moura porque remete ao nome do proprietário que cedeu o terreno para a prática do voo livre gratuitamente, de acordo com o entrevistado será dado outro nome quando for em prática o projeto planejado para a rampa.

4.4 Planejamento para o crescimento da atividade no município

De acordo com o entrevistado apesar dos problemas e dificuldades encontradas para o desenvolvimento da atividade o poder público auxilia nas revitalizações do acesso a rampa e também da mesma como também construiu de forma rudimentar, por não ser detentora do terreno onde é instalada a rampa e com

isso não pode fazer uma obra edificada no local, um abrigo para os praticantes e admiradores do voo livre.

De acordo com o entrevistado está em fase de projeto o desenvolvimento da atividade segundo ele está sendo feito um projeto para construir um terminal turístico no local da Rampa e pavimentar todo o acesso desde o santuário do Lima até o local da decolagem, inclusive com aquisição do local propiciando assim uma melhoria para o destaque do local. Apesar deste projeto o mesmo não mencionou um projeto para a capacitação profissional dos envolvidos diretamente neste seguimento já que um dos pontos negativos mencionados anteriormente, como também um suporte hospitalar para um caso de urgência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é uma atividade que propicia possibilidades, alternativas de crescimento. No âmbito local especificamente, o potencial pouco explorado por esta atividade nos municípios, mas que despontam como atrativos para grupos turísticos no cenário nacional.

Com a imensa exploração desgastante do turismo de sol e mar e suas paisagens respectivamente, turistas estão buscando novos ambientes que abordem a preservação, que possibilite maior contato com as belezas naturais e com a comunidade. Exemplo disso é município de Patu-RN, a qual atualmente ganha destaque perante o cenário estadual. O turismo de aventura vem se desenvolvendo em meio à região, por apresentar características climáticas perfeitas para o voo, propícias a prática de atividades do segmento.

O turismo de aventura e a busca pela natureza despontam no cenário nacional como um é dos setores que mais motivam o turista, tanto o nacional quanto o internacional, promovendo a movimentação de uma região nos seus diversos aspectos sociais, culturais, econômicos, advindo de um planejamento que se faça eficaz. Em Patu-RN, surge um ponto de destaque para o turismo de aventura que é a prática do voo livre e outras atividades.

O presente estudo mostrou dados relevantes, sobre a história do voo livre, sobre o cunho turístico que a prática apresenta, colocando a realidade de seu surgimento, seus passos até os dias de hoje. Com o desenvolvimento da atividade, ficou mais fácil e sistemático de acompanhar a evolução do mesmo.

Hoje o Voo livre realizado em Patu-RN é um dos destaques neste quesito no cenário nacional, sendo uma prática turística consolidada a cada ano, em seu período de voo, por turistas, na maioria estrangeiros, que buscam aventura, deteve o recorde mundial por um período de quatro anos e é roteiro de encontros nacionais da atividade. O voo promove uma interferência na economia local, elevando o número de ocupação dos leitos disponíveis no município e promove nacionalmente o mesmo.

Através dos procedimentos em que o estudo foi realizado, obteve-se respostas positivas quanto ao desenvolvimento do voo livre como turismo de aventura em Patu-RN, atentando diretamente ao desenvolvimento da mesma, pode-se avaliar que o voo livre em Patu-RN surge como uma nova opção para a

segmentação em nível estadual, porém necessita de melhorias, como mencionado na análise dos dados, para se adaptar e ser comercializado, ou praticado de forma amadora, entrar definitivamente e se consolidar no roteiro brasileiro da prática da ABETA.

Conclui-se desse estudo que o mesmo aponta a revelação de um novo seguimento de mercado em desenvolvimento em nível estadual. O estudo se fez eficiente e eficaz ao analisar a prática do voo livre como atrativo turístico para o desenvolvimento do turismo de aventura no município de Patu-RN.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Augusto Pinto de; TIMO, Gustavo Fraga. Normalização e certificação em turismo de aventura no Brasil. IN UVINHA, Ricardo Ricci (Org.). **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Manuais**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/14manuais.html> Acesso em: 29 jun. 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BUCKLEY, Ralf; UVINHA, Ricardo Ricci. **Turismo de aventura: gestão e atuação profissional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CANDIDO, Luciane Aparecida. **Turismo em Áreas Naturais protegidas**. Caxias do Sul: EPUCS, 2003.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Nomes da Terra**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 2. ed. São Paulo: Futura, c1998.

FARAH, Sonia Diniz. Políticas de incentivo ao turismo de aventura no Brasil: o papel do Ministério do Turismo. IN UVINHA, Ricardo Ricci (Org.). **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005.

FERREIRA, B. H. A. **Novo Aurélio séc XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo – Um Produto Viável**: A experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 2005.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

UVINHA, Ricardo Ricci. **Turismo de aventura**: reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005.

APÊNDICE

Apêndice 01 – Roteiro de entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO
CURSO DE TURISMO

ENTREVISTA SOBRE TURISMO DE AVENTURA NO MUNICÍPIO DE PATU/RN

- 1- Como e a quanto tempo iniciou-se a prática do voo livre em Patu?
- 2- Como se deu a escolha do local?
- 3- Quais fatores levaram o desenvolvimento desta atividade?
- 4- Como se dá a prática da atividade? Existe a comercialização por alguma empresa específica ou é livre a qualquer pessoa?
- 5- Como se deu o processo de divulgação do voo livre no local?
- 6- Sobre a infraestrutura de equipamentos turísticos do município, como se deu o processo de desenvolvimento para dar apoio a prática (criação de hotéis, pousadas, restaurantes etc.)?
- 7- Sobre a infraestrutura da pista, qual sua opinião sobre a mesma?
- 8- Existe suporte e acompanhamento médico e hospitalar para a prática do voo livre?
- 9- Há apoio por parte da gestão municipal para o acontecimento da atividade?
- 10- Existe um projeto de incluir a prática como turismo de aventura para o município?
- 11- Qual a importância dessa atividade (o voo livre) para o município de Patu? Quais os impactos positivos e negativos que a prática da atividade trouxe para a cidade?

ANEXOS

Anexo A – Imagens da Rampa de Vôo Livre

Rampa de Vôo Livre em Patu – RN



Rampa de Vôo Livre em Patu – RN



Rampa de Vôo Livre em Patu – RN



Pousada Voo Livre

